

Revista de Sociologia e Política



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution Non-Commercial License which permits unrestricted non-commercial use, distribution, and reproduction in any medium provided the original work is properly cited. Fonte:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782018000300107&lng=pt&tlng=pt . Acesso em: 13 jun. 2019.

REFERÊNCIA

VENTURA, Otávio. A distribuição de capitais entre a mão esquerda e a mão direita da burocracia brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 26, n. 67, p. 107-128, set. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1678987318266706>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782018000300107&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 jun. 2019.

Otávio Ventura¹ 

RESUMO **Introdução:** Partindo das formulações teóricas de Pierre Bourdieu sobre o Estado, este trabalho examina dados de mais de 200 carreiras civis do Poder Executivo Federal com o objetivo de compreender como se dá a distribuição de diferentes tipos de capital na burocracia brasileira. **Métodos:** Para isso, foi empregado o método *Principal Components Analysis* (PCA) em uma base de carreiras construída a partir de dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape). **Resultados:** Os resultados mostram que são mais valorizadas e mais restritas as carreiras associadas à noção bourdieusiana de mão direita do Estado, como economia, gestão, finanças e controle, e menos valorizadas e menos restritas as carreiras mais associadas à mão esquerda do Estado, como saúde, educação e assistência social; **Discussão:** revelando uma distribuição desigual de capitais entre segmentos da burocracia brasileira. Isso pode interferir nas chances que cada tipo de burocrata tem na luta permanente para indicar o que é e para falar em nome do interesse público.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; burocracia; elites burocráticas; interesse público; desigualdade.

Recebido em 21 de Julho de 2017. Aceito em 17 de Fevereiro de 2018.

I. Introdução¹

¹ O autor agradece a Félix Lopez pela ajuda com a base de dados; a Bruno Moretti, Roberto Pires, Eugênio Santos e José Celso Cardoso Júnior pelas contribuições feitas a versões preliminares deste trabalho, e aos pareceristas anônimos da *Revista de Sociologia e Política* pelos excelentes comentários.

Uma observação cuidadosa sobre a burocracia brasileira permite notar que ela é heterogênea em muitos aspectos. Certas carreiras são mais bem remuneradas que outras, algumas ocupam mais espaços de poder, outras apresentam mecanismos de acesso mais restritos. Algumas carreiras criam regras, outras seguem regras; umas correm atrás de recursos, outras distribuem recursos; umas fazem, outras fiscalizam e punem.

A distribuição de capitais entre as carreiras estatais parece se dar de maneira desequilibrada, mais concentrada em certos segmentos e menos em outros, fazendo com que as carreiras se relacionem de forma desigual. É importante compreender esse desequilíbrio praticado no Estado brasileiro porque ele pode interferir nas chances que cada tipo de burocrata tem na luta permanente para indicar o que é e para falar em nome do interesse público.

O objetivo geral deste trabalho é examinar alguns aspectos desse desequilíbrio, mais especificamente aqueles ligados às disparidades remuneratórias, à ocupação de cargos de confiança e à representatividade de grupos historicamente excluídos, análise esta que será feita em relação às carreiras civis do Poder Executivo Federal.

II. Inspiração teórica

Pierre Bourdieu (1996) dizia que pensar o Estado é expor-se a assumir um pensamento de Estado. Isso deriva da premissa do autor de que um dos poderes do Estado seria produzir as categorias mentais que usamos para raciocinar. Corremos o risco, alertava ele, de sermos pensados por um Estado que acreditamos pensar.

O autor propõe o exercício da dúvida hiperbólica quando se trata de pensar o Estado. Seria preciso colocar em questão todos os pressupostos e todas as pré-construções. Para Bourdieu, quando se trata do Estado, nunca duvidamos demais. E ele deixa claro que é necessário colocar em dúvida não apenas os aspectos que Durkheim (1989) chamava de conformismo moral, mas especialmente aqueles ligados ao conformismo lógico.

Bourdieu estava se referindo aos esquemas mentais, às formas e categorias de percepção, aos princípios de visão e divisão, enfim, a todo o aparato cognitivo que usamos para pensar o Estado. Estava falando, dentre muitas outras coisas, das noções de interesse público, de problema social, de burocracia, de política pública, de lei, de oficial, de universal e, em última instância, de Estado.

Na visão do autor, o traço marcante do Estado seria a capacidade de fundar versões oficiais sobre basicamente tudo, inclusive sobre ele próprio. Haveria, portanto, uma representação oficial do oficial. Uma representação do Estado sobre ele mesmo onde a burocracia é definida como um grupo dotado de vontade de interesse universal, um instrumento racional encarregado de realizar o interesse geral.

Essa representação, tão comumente empregada para pensar o Estado, é, para Bourdieu, apenas a versão oficial do oficial. O autor alerta inclusive sobre o papel dos grandes pensadores nesse esforço de construção. Dizia ele que, sob a aparência de pensar o Estado, a maior parte dos estudos consagrados a esse objeto participam de sua construção, e, portanto, de sua própria existência.

Bourdieu estaria chamando atenção aqui para os efeitos que certas obras escritas em circunstâncias históricas específicas poderiam causar naquilo do qual pretendiam falar. Como a noção de soberania de Maquiavel influenciou a mente dos príncipes para os quais o autor escrevia? Em que medida a ideia de contrato social de Hobbes teria facilitado a imposição do poder estatal? Teria Montesquieu criado a noção de separação de poderes ao falar sobre ela? Esses são apenas alguns exemplos de pensadores que podem ter ajudado a produzir representações oficiais sobre o Estado ao falar dele.

Assim, para Bourdieu, a melhor forma de desvendar o Estado seria reconstruir historicamente a sua gênese. Para ele, isso que chamamos de Estado seria resultado de processos entrelaçados de concentração de diferentes tipos de capital, todos eles dotados de propriedades simbólicas, ou seja, todos percebidos através de categorias específicas que dão a eles representações oficiais bastante particulares.

A acumulação do capital da força física teria relação com os processos de estruturação pelos príncipes de exércitos profissionais que fariam, pouco a pouco, desaparecer as tropas feudais, enfraquecendo a nobreza. Lentamente essas forças armadas se diferenciariam em forças militares, destinadas à proteção contra ameaças externas, e em forças policiais, mais voltadas para manter a ordem interna. A conversão do capital da força física em capital simbólico ocorreria, para Bourdieu, pelo fato de serem, as relações de força mais brutais, ao mesmo tempo relações simbólicas. O simples fato de haver um aparato de força física pode ser suficiente para manter a ordem, sem necessidade de praticar violência física de fato. Atos de submissão e obediência seriam, portanto, atos cognitivos que colocariam em prática estruturas cognitivas específicas.

A manutenção do capital da força física exigia financiamento, o que levaria a processos relacionados à acumulação do capital econômico. A princípio, o imposto de Estado aparece de forma intermitente, quase sempre vinculado ao crescimento das despesas de guerra. Aos poucos, a justificativa da manutenção da segurança vai tornando permanente a prática do imposto, configurando uma

lógica circular entre capital da força física e capital econômico. E a conversão do capital econômico em capital simbólico estaria na crescente disposição para pagar impostos quanto mais estes parecessem motivados pelos interesses do país, e não do príncipe. Um embrião da ideia de interesse público, talvez.

O processo de concentração do capital informacional se daria pelo desenvolvimento da capacidade de captar informação, analisá-la e redistribuí-la sob a forma de uma unificação teórica, uma dinâmica complexa alcançada por meio de operações de totalização, como o recenseamento, a estatística e a contabilidade nacional, por operações de objetivação, como a cartografia e a escrita, e por operações de codificação, uma unificação cognitiva que implica centralização e monopolização em favor dos letrados. O capital cultural seria, para Bourdieu, uma dimensão do capital da informação. Para ele, o Estado contribuiria para a padronização cultural ao homogeneizar as formas de comunicação e ao unificar os códigos, especialmente os códigos jurídico, linguístico e métrico. Ao impor princípios de visão e divisão comuns, o Estado seria capaz de moldar as estruturas mentais.

O capital jurídico começa a ser acumulado ainda nos séculos XII e XIII, quando ainda coexistiam jurisdições eclesiásticas e laicas. Inicia-se então um movimento de concentração com o desenvolvimento de um aparelho jurídico fundado na teoria da apelação, que permitia submeter ao rei todas as jurisdições do reino. Pouco a pouco, esse aparelho jurídico vai ganhando autonomia, diminuindo consideravelmente a concentração nas mãos do rei. O capital jurídico vai então se desenvolvendo pela diferenciação de um campo autônomo, organizado, hierarquizado e composto por juristas, que, apoiados em seus interesses específicos, criam todo tipo de teorias legitimadoras de si mesmos.

Bourdieu define o capital simbólico como a forma que todo tipo de capital assume quando é percebido por meio de categorias de percepção. Seria uma propriedade de qualquer tipo de capital percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las e reconhecê-las, atribuindo-lhes um valor. Como o Estado seria capaz de estabelecer princípios duráveis de visão e divisão, de acordo com suas próprias estruturas, Bourdieu o considera o lugar por excelência da concentração e do exercício do poder simbólico.

Um recurso poderoso utilizado por Bourdieu para explicar sua visão de poder simbólico é a sua análise do ato de nomeação, um ato que ele considerava misterioso, quase mágico. Houve uma época em que certos tipos de capital simbólico se apoiavam apenas no amplo reconhecimento coletivo. O capital da nobreza, por exemplo, era majoritariamente fundado em critérios como honra, reputação, família e tradição. Entretanto, essa nobreza “natural” vê seu espaço aos poucos ser ocupado por “novos nobres”, nomeados pelo rei. O capital simbólico da nobreza encontra uma objetivação jurídica, quase burocrática, via editos e decretos do rei. Um capital que antes era apoiado apenas em reconhecimento coletivo, passa a ser codificado e garantido pelo Estado.

Para Bourdieu, essas honrarias distribuídas pelo Estado funcionariam como uma moeda ou um título escolar, ou seja, teriam valor em todos os mercados controlados por ele. Assim vai se constituindo aos poucos uma instância central de nomeação, com capital simbólico concentrado e com poder para distribuir esse capital, um verdadeiro lócus do poder simbólico. Esse poder de nomeação deu ao rei o monopólio do enobrecimento, processo que aos poucos levou à transformação progressiva dos cargos em postos de responsabilidade. Essa seria a origem de uma carreira burocrática nomeada pelo Estado.

Atos de nomeação pertenceriam, para Bourdieu, à categoria dos atos oficiais, mecanismos de consagração que fariam do Estado uma espécie de banco

de capital simbólico. Quando um presidente assina um decreto ou um médico assina um atestado, eles mobilizam um capital simbólico acumulado em toda a rede de relações de reconhecimento constitutivas do universo social. Quem atesta o atestado? O médico. O que o permite fazer isso? O diploma. Quem emite diplomas? A universidade. Quem a licenciou para isso? Enfim, uma regressão enorme de perguntas que nos leva a atribuir ao Estado o primeiro dos atos oficiais de consagração. Atos esses que são capazes de criar declarações públicas ou de fazer pessoas ou grupos passarem a existir.

Mas por que não se questiona “quem atesta o atestado”? Para Bourdieu, a eficácia simbólica que o Estado exerce ocorre justamente porque ele pode impor estruturas cognitivas de modo universal. Ele exerce permanentemente uma ação formadora de disposições duradouras. Para o autor, enquanto o Estado puder produzir essas estruturas cognitivas, ele não precisa, necessariamente, dar ordens ou exercer coerção física para produzir um mundo social ordenado.

A natureza do poder do Estado não se definiria apenas pelo monopólio da violência física, como postulou Max Weber (1974), mas também pelo monopólio da violência simbólica. O monopólio do poder para moldar esquemas mentais a partir da imposição de princípios de visão e divisão duradouros. Monopólios estes que seriam inseparáveis da luta também pelo próprio monopólio destes monopólios, uma luta que é, de certa maneira, objeto de análise deste trabalho.

Bourdieu alerta que, para compreender essa luta, é preciso estudar o microcosmo burocrático, um espaço constituído por agentes que disputam permanentemente o monopólio do Estado. Para ele, a burocracia buscaria legitimidade a partir da reverência aos valores de neutralidade e do devotamento desinteressado ao bem público. Um exemplo seriam as comissões oficiais, esses conjuntos de pessoas investidas de uma missão de interesse geral e conclamadas a transcender seus interesses particulares para produzir propostas universais. É o que Bourdieu chama de interesse no desinteresse, postura que renderia lucros materiais e simbólicos aos seus praticantes, já que a devoção ao universal é reconhecida como legítima.

Max Weber (1974) parecia concordar com essa ideia, alertando que a canonização da ideia abstrata de objetividade estaria inseparavelmente fundida com os instintos da burocracia para a manutenção de seu poder dentro e fora do Estado. Para ele, seriam os interesses de poder da burocracia que ofereceriam o conteúdo concreto das razões de Estado.

A devoção ao interesse no desinteresse seria, portanto, o mecanismo essencial pelo qual a burocracia busca legitimidade para disputar sentidos específicos para o *interesse público*. Uma luta para acumular e distribuir diferentes tipos de capitais. Uma luta para praticar atos oficiais, dar nome, classificar, fazer surgir e atribuir valor a coisas e pessoas. Uma luta para formular políticas, desenhar programas, priorizar urgências, alocar recursos, declarar problemas, elencar soluções, comunicar resultados. Enfim, uma luta para transformar pontos de vista particulares em oficiais. Uma luta para definir o que é e falar em nome do *interesse público*.

Este trabalho busca contribuir para a compreensão dessa luta. O caminho aqui adotado corresponde a uma investigação sobre como se dá a distribuição de capitais entre diferentes segmentos da burocracia. A escolha desse caminho se baseia fundamentalmente em três premissas teóricas.

A primeira premissa é a de que a devoção à ideia de interesse público seria o principal mecanismo por meio do qual a burocracia buscaria legitimidade para

agir. É o que Weber chamou de “canonização da ideia abstrata de objetividade” e o que Bourdieu chamou de “interesse no desinteresse”.

A segunda premissa é a de que o conteúdo substantivo da ideia de interesse público não viria exclusivamente de cima (poder político) ou de fora (sociedade), mas seria disputado também pela própria burocracia, uma luta permanente para definir o que é o interesse público e para falar em nome dele, algo que Bourdieu chamou de “luta pelo monopólio do monopólio”.

A terceira premissa é a de que as chances que cada tipo de burocrata tem nessa luta seriam influenciadas pela forma como se dá a distribuição de capitais entre diferentes segmentos da burocracia, e é especificamente sobre essa distribuição que se debruça este trabalho.

III. Desenho da pesquisa

Este estudo pretende verificar como se dá a distribuição de capitais entre diferentes segmentos da burocracia. Diante disso, surgem algumas questões básicas sobre o desenho da pesquisa.

A base temporal corresponde ao período de 2003 a 2017, considerando-se a situação do mês de janeiro de cada ano. O universo da burocracia será limitado às carreiras civis e estatutárias do Poder Executivo Federal. Para o cômputo das variáveis relativas às carreiras foram considerados apenas os servidores ativos. Portanto, estão fora do escopo as carreiras da esfera estadual e municipal, as carreiras dos poderes Judiciário e Legislativo e as carreiras militares.

Foram consideradas apenas as carreiras com mais de 100 integrantes em pelo menos um dos anos analisados, o que representou mais de 96% do total de servidores. A exceção é a carreira diplomática, que está fora do escopo da pesquisa por não apresentar dados completos no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape). A base sumarizada de carreiras utilizada nesta pesquisa possui as dimensões apresentadas na Tabela 1.

Em relação à forma de segmentar as carreiras, serão exploradas aqui duas categorias frequentemente utilizadas por Bourdieu em suas análises sobre o Estado contemporâneo: a *mão esquerda* e a *mão direita* do Estado.

Botelho *et al.* (2014) utilizaram estas mesmas categorias de Bourdieu em seu estudo sobre o Estado português, buscando compreender em que medida as tendências estruturais observadas no perfil profissional dos servidores públicos portugueses estariam ligadas à política portuguesa de austeridade.

A *mão esquerda do Estado* buscaria associar o *interesse público* à lógica de cuidado social, envolvendo todo “o conjunto de agentes dos ministérios ditos ‘gastadores’” (Bourdieu, 1998, p.7), o que abrangeria a vasta gama de servidores de apoio administrativo, mas incluindo também, e principalmente, as carreiras encarregadas de “exercer as funções ditas ‘sociais’, isto é, compensar, sem dispor de todos os meios necessários, os efeitos e as carências mais intoleráveis da lógica do mercado” (Bourdieu, 2008, p.218).

Por outro lado, a *mão direita do Estado*, “obcecada com a questão do equilíbrio financeiro” (Bourdieu, 1998, p. 10), estaria ocupada em associar o *interesse público* à uma lógica pró-mercado, envolvendo diversas atividades nesse sentido, seja gerindo e controlando as finanças públicas de maneira favorável ao mercado, seja oferecendo estímulos e fomentos a ele, seja produzindo conhecimento e tecnologia a ser apropriada por ele, seja tomando risco por ele, seja oferecendo aparato jurídico e policial para garantir a execução dos contratos.

Tabela 1 – Base sumarizada de carreiras

Exercício	Quantidade de carreiras	Soma dos quantitativos das carreiras
2003	236	449.498
2004	225	436.627
2005	231	445.254
2006	234	449.575
2007	264	465.364
2008	267	466.301
2009	267	473.536
2010	279	489.399
2011	282	508.343
2012	278	509.646
2013	280	511.792
2014	284	516.876
2015	285	536.650
2016	282	535.827
2017	278	532.781

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do Siape (Sistema Integrado de Administração de Pessoal).

No âmbito deste trabalho, uma lista completa das carreiras classificadas em cada segmento está disponibilizada no Quadro 1, no apêndice do artigo. A *mão esquerda do Estado* inclui professores, médicos, funcionários da previdência, agentes de saúde, assistentes sociais, agentes penitenciários, fiscais sanitários e agropecuários, auditores do trabalho, funcionários de agências reguladoras e pessoal de apoio administrativo. Já a *mão direita do Estado* inclui carreiras de finanças, de orçamento, de gestão, de infraestrutura, de tecnologistas, de cobrança de tributos, de controle de contas, de procuradoria pública e de policiamento.

Alerta-se, no entanto, que é perfeitamente possível supor que alguns professores universitários, auditores do trabalho ou especialistas em regulação possam atuar numa lógica pró-mercado, aproximando-se mais da *mão direita do Estado*, ou imaginar que certos gestores ou planejadores de políticas públicas possam atuar mais no sentido do cuidado social, posicionando-se mais próximos da *mão esquerda*. É importante ressaltar que se optou aqui por fazer esta classificação enfatizando os aspectos funcionais de cada carreira, embora reconheça-se que exceções são certamente esperadas, já que qualquer tentativa de classificar o mundo social está sujeita a falhas e imperfeições.

E, finalmente, serão utilizadas as variáveis caracterizadas na Tabela 2, a seguir, para representar a distribuição de capitais em cada carreira.

Ressalta-se brevemente que, a partir das variáveis *taxa_genero_feminino* e *taxa_etnia_declarada_nao_branca*, vislumbra-se ainda a possibilidade de investigar aspectos como discriminação institucional e representatividade na burocracia. Bento (2000) chama de discriminação institucional uma forma específica de exclusão que tem como uma de suas principais características a ausência da intenção de discriminar, de modo que o que interessaria realmente seriam os efeitos de sua ação, como, por exemplo, a observação de baixos índices de representatividade na burocracia por parte de grupos historicamente excluídos. Neste sentido, Ferreira (2015, p.707) sugere que a falta de repre-

Tabela 2 – Caracterização das variáveis

Variável	Caracterização
A) Salário mediano	É o salário mediano de cada carreira. Esta variável será interpretada como a <i>expressão direta</i> da valorização conquistada por cada carreira e pelos seus membros, bem como a <i>expressão indireta</i> da dificuldade de acesso a cada carreira pela população em geral, já que carreiras mais bem remuneradas tendem a ter mecanismos de acesso mais restritos e competitivos. Todos os valores estão expressos em preços de janeiro de 2017, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
B) Taxa ocupação DAS	É a taxa de ocupação de cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) pelos membros de cada carreira. Esta variável será interpretada como a <i>expressão direta</i> do poder decisório da carreira e de seus membros.
C) Quantitativo	É o quantitativo de servidores ativos em cada carreira. Se pensada como insumo de política pública, é natural entender que quanto maior esta variável, melhor é. Entretanto, carreiras numerosas tendem a oferecer mais oportunidades de entrada, o que significa que seu acesso tende a ser menos restrito. Além disso, carreiras mais numerosas podem ter mais dificuldade de negociar aumentos salariais significativos, já que qualquer incremento traz impacto fiscal relevante. Assim, essa variável será interpretada como a <i>expressão indireta</i> da dificuldade de acesso à carreira (quanto menor o quantitativo, mais restrita a carreira) e da dificuldade de negociação salarial no âmbito da carreira (quanto menor o quantitativo, menor é o impacto fiscal de um eventual aumento salarial).
D) Taxa gênero feminino	É a taxa de presença de integrantes do gênero feminino. Esta variável será interpretada como a <i>expressão direta</i> da dificuldade de acesso a cada carreira por um grupo historicamente excluído: a população feminina.
E) Taxa etnia declarada não branca	É a taxa de presença de integrantes com etnia declarada diferente de branca. Esta variável será interpretada como a <i>expressão direta</i> da dificuldade de acesso a cada carreira por um grupo historicamente excluído: a população negra.

Fonte: Elaboração do autor.

sentatividade na burocracia seria algo indesejável em um contexto democrático, especialmente porque “indivíduos que pertencem a determinados grupos podem ser portadores das mesmas percepções sobre problemas sociais”.

Por fim, nesse conjunto de dados foi aplicado o método *Principal Components Analysis* (PCA). Trata-se de um método não supervisionado que permite sumarizar um conjunto de variáveis em um número menor de variáveis representativas, que coletivamente explicam a maior parte da variância do conjunto original. Dado um conjunto de dados $n \times p$, onde n é a quantidade de observações e p é a quantidade de variáveis, para o cálculo de cada *principal component*, procura-se por um vetor de comprimento n onde esteja representada a maior quantidade de variância possível entre as p variáveis, e cuja soma dos quadrados dos parâmetros seja igual a 1. Computacionalmente, o problema é solucionado a partir de decomposição espectral, uma técnica no campo da álgebra linear (JAMES *et al.*, 2013).

O método facilita consideravelmente a análise de múltiplas variáveis, bem como a relação dos indivíduos com essas variáveis. Isso possibilitará visualizar a forma como as cinco variáveis de análise desta pesquisa variam umas em relação às outras, bem como cada carreira se posiciona em relação a essas variáveis.

IV. Resultados

Os resultados a seguir contribuem para a compreensão de pelo menos três aspectos sobre a distribuição de capitais na burocracia. O primeiro deles diz respeito ao comportamento isolado das variáveis caracterizadas no desenho da

pesquisa. O segundo corresponde a como essas variáveis estão relacionadas entre si, ou seja, de que forma a variância em uma delas se relaciona com a variância nas outras. E o terceiro é a distribuição das carreiras em relação a essas variáveis.

IV.1. Comportamento isolado das variáveis

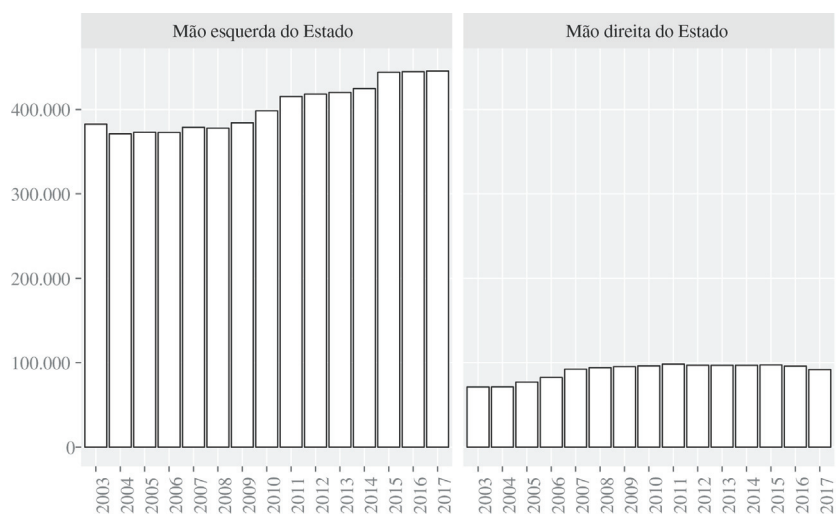
O Gráfico 1 mostra o quantitativo total de membros em cada um dos segmentos, revelando a superioridade numérica dos membros da *mão esquerda do Estado*. Para cada membro da *mão direita do Estado*, há cerca de quatro membros da *mão esquerda*.

Conforme já comentado na seção anterior, quando o quantitativo de servidores é considerado enquanto insumo de política pública, essa variável assume um viés positivo: quanto mais médicos, melhor, quanto mais professores, melhor. Entretanto, busca-se chamar atenção aqui para certos efeitos práticos vividos pelas carreiras e que podem ser influenciados por essa variável.

Carreiras com quantitativos menores podem obter vantagens adicionais ao negociar seus salários devido ao menor impacto fiscal. Aumentar linearmente o salário das carreiras da *mão direita do Estado* custa quatro vezes menos que aumentar o salário das carreiras da *mão esquerda*. Além disso, carreiras menos numerosas tendem a oferecer menos oportunidades de acesso, tornando-se mais restritas e, portanto, menos representativas em sua composição. Nesse sentido, as carreiras da *mão direita do Estado* tendem a apresentar remunerações maiores e composições menos diversas, algo que será confirmado pelos dados apresentados a seguir.

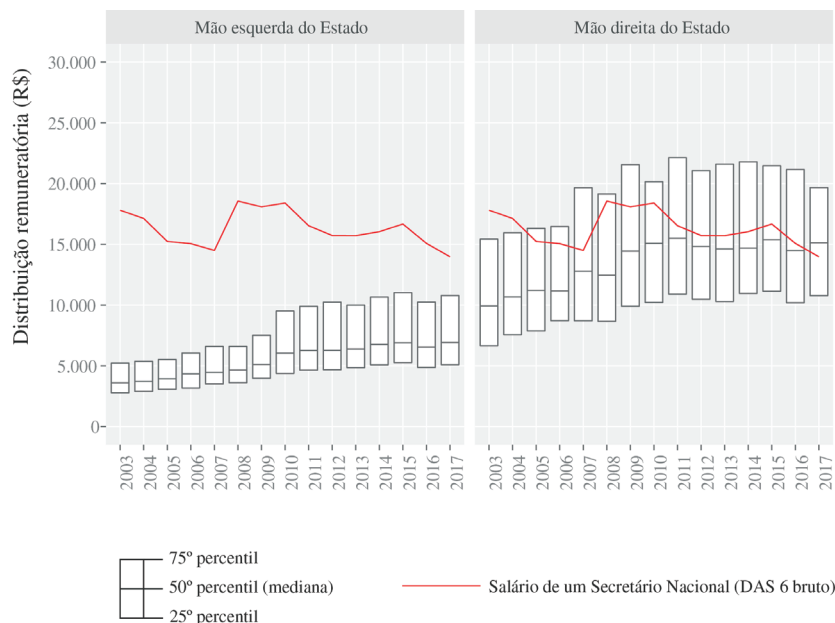
O Gráfico 2 mostra a evolução remuneratória das carreiras de cada segmento. A remuneração bruta mediana das carreiras de cada segmento é representada pela linha localizada dentro de cada barra branca. Os limites inferiores e superiores das barras correspondem aos percentis 25º e 75º, respectivamente. A título de referência, foi adicionada em vermelho a remuneração bruta dos Secretários Nacionais, ocupantes de posições hierárquicas elevadas e que respondem diretamente aos Ministros de Estado. Todos os valores estão expressos em preços de janeiro de 2017.

Gráfico 1 – Quantitativo total nos agrupamentos (2003-2017)



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do Siape (Sistema Integrado de Administração de Pessoal).

Gráfico 2 – Evolução remuneratória das carreiras (2003-2017)



Fontes: Elaboração do autor, a partir de dados do Siape (Sistema Integrado de Administração de Pessoal) e das Tabelas de Remuneração dos Servidores Públicos Federais (Portal do Servidor 2017).

*Valores expressos em preços de janeiro de 2017 (correção pelo IPCA).

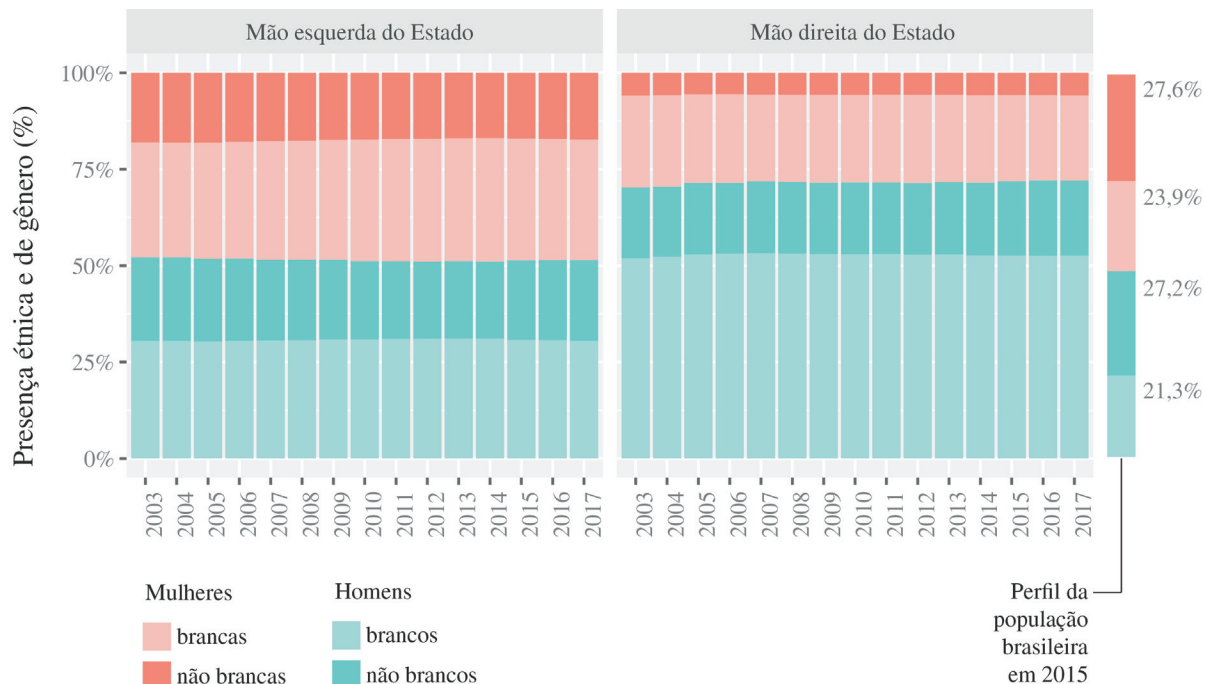
A ilustração permite observar que o período analisado foi caracterizado por um aumento remuneratório em termos reais em ambos os segmentos. Também é possível verificar que a remuneração mediana das carreiras da *mão direita do Estado* se mantém consideravelmente superior à remuneração mediana das carreiras da *mão esquerda do Estado*. Em 2003, enquanto a remuneração mediana das carreiras da *mão esquerda* não chegava a R\$ 5 mil, as carreiras da *mão direita* estavam próximas de R\$ 10 mil. Em 2017, apesar dos aumentos, a relação desigual se mantém, com as carreiras da *mão esquerda* recebendo uma remuneração mediana de cerca de R\$ 7 mil e as carreiras da *mão direita* chegando aos R\$ 15 mil.

Além disso, é possível perceber que, no início do período, as carreiras da *mão direita do Estado* tinham remuneração mediana bem abaixo do salário de um Secretário Nacional, fato que foi mudando ao longo dos anos. Em 2017, a remuneração mediana dessas carreiras está acima do salário desses dirigentes, o que é bastante expressivo, já que, sendo a mediana o 50º percentil, significa que cerca de metade dos membros das carreiras da *mão direita do Estado* recebe remuneração superior à de um Secretário Nacional.

Por fim, é possível notar, pela altura das barras no Gráfico, que a dispersão remuneratória é menor nas carreiras da *mão esquerda do Estado*, o que significa que, além de terem remuneração mediana inferior, as remunerações individuais dos membros dessas carreiras se aproximam mais da mediana que no caso das carreiras da *mão direita do Estado*.

O Gráfico 3 mostra a composição dos segmentos em relação às variáveis de presença étnica e de gênero. Em relação ao gênero, as *carreiras da mão esquerda* do Estado apresentam uma composição relativamente próxima do perfil da população brasileira, diferentemente das carreiras da *mão direita do Estado*, compostas majoritariamente pelos homens, que respondem por quase 75% da composição deste segmento. Em relação à presença étnica, há déficit

Gráfico 3 – Presença étnica e de gênero nos segmentos (2003-2017)



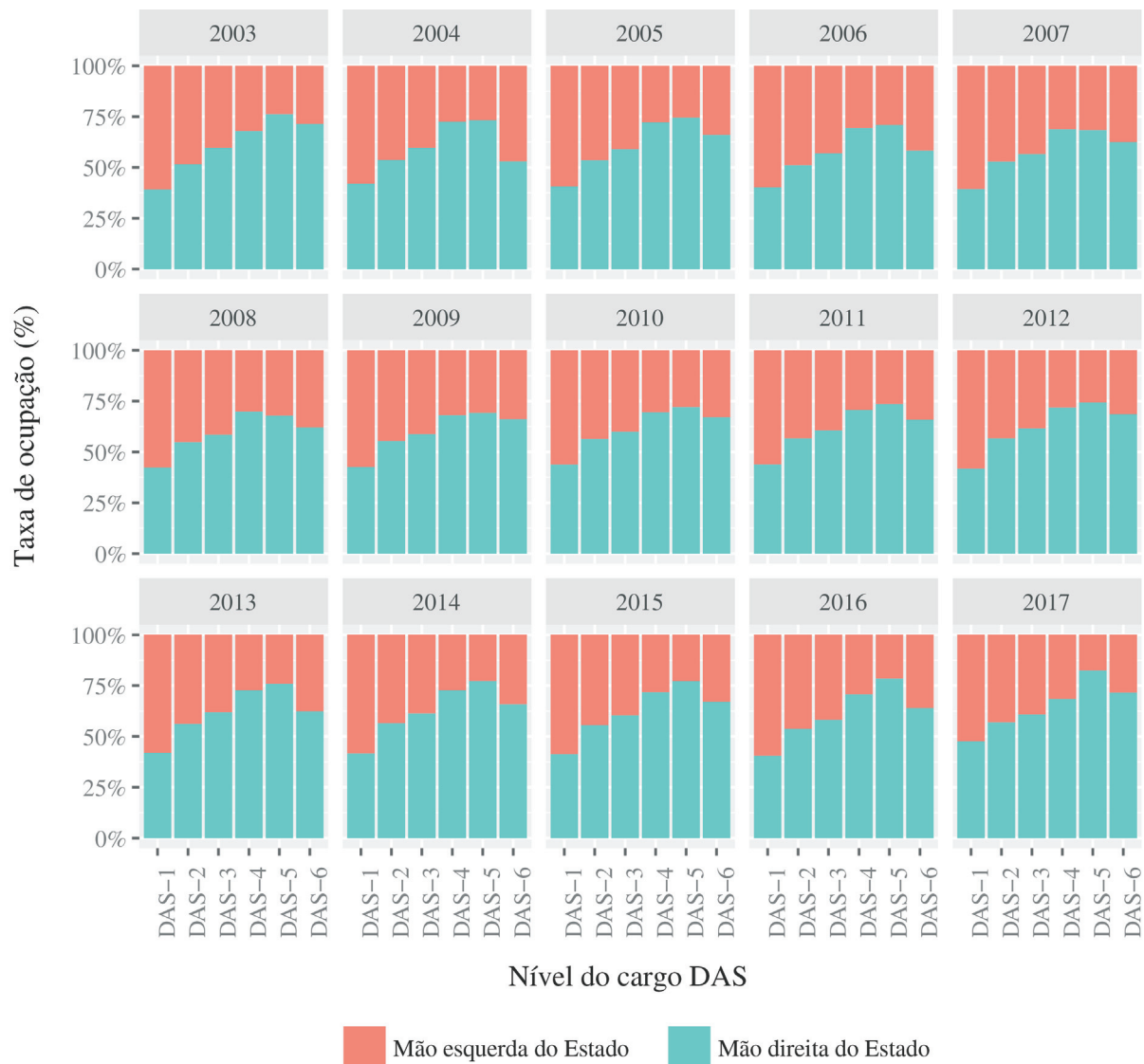
Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do Siape (Sistema Integrado de Administração de Pessoal) e da PNAD (2015).
 *Os dados sobre servidores foram extraídos do Siape. A etnia é declarada pelo próprio servidor. A taxa de declaração observada em 2003 é de 76%. Em 2017 a taxa subiu para 88%. Não brancos incluem servidores que se declararam pretos, pardos ou indígenas. Os dados sobre a população brasileira foram extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015.

nos dois segmentos. Entretanto, nas carreiras da *mão direita do Estado* esse déficit é mais expressivo, especialmente em relação às mulheres não brancas, cuja presença é de cerca de 8%, ou seja, mais de 3 vezes menor que a sua participação na população brasileira. Por outro lado, os homens brancos ocupam mais de 50% dos cargos desse segmento, uma presença quase 2,5 vezes maior que a sua participação na população brasileira.

O Gráfico 4 ilustra o percentual de cargos de confiança ocupado pelos membros dos dois segmentos, por nível de cargo e por ano. Os cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) são atualmente divididos em seis níveis. Cargos DAS-6, conforme já comentado, correspondem a um nível hierárquico elevado, geralmente ocupados por dirigentes de secretarias nacionais, fundações ou autarquias. Cargos DAS-5 geralmente se referem a diretores ou assessores especiais. Cargos DAS-4 são normalmente superintendentes, gerentes, coordenadores-gerais ou assessores. Cargos DAS-3 são, via de regra, coordenadores ou assessores-técnicos. Cargos DAS-2 geralmente são chefes de divisão ou assistentes. E cargos DAS-1 costumam ser chefes de serviço ou assistentes-técnicos.

O Gráfico 4 revela um padrão quase constante ao longo do período analisado. Quanto maior o nível hierárquico do cargo em confiança, menor é a presença de membros de carreiras da *mão esquerda do Estado*. A tendência só não é seguida nos cargos DAS-6, que apresentam presença de membros dessas carreiras um pouco maior que nos cargos DAS-5, mas ainda assim muito longe de uma proporção equilibrada com as carreiras da *mão direita do Estado*, que em 2017 ocupam cerca de 75% dos cargos DAS-6 e cerca de 80% dos cargos DAS-5.

Gráfico 4 – Ocupação de cargos de confiança pelos membros de cada segmento (2003-2017)



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do Siape (Sistema Integrado de Administração de Pessoal).

*Foram considerados apenas os cargos de confiança do tipo Direção e Assessoramento Superior (DAS) ocupados por servidores de carreira.

Por fim, o Gráfico 5 mostra a presença étnica e de gênero nos cargos de confiança, complementando o Gráfico 3. Aqui é possível observar um padrão ainda mais intenso de desigualdade em favor dos homens e dos brancos.

O Gráfico 5 mostra que, quanto maior o nível de DAS, menor é a população feminina e não branca. Em todos os níveis de DAS a presença dos homens é maior que a sua participação na população brasileira. Nos níveis mais altos, sua presença chega a 80%. Em alguns anos, simplesmente não há mulheres não brancas ocupando cargos DAS-6.

IV.2. Relação entre as variáveis

O Gráfico 6 foi produzido a partir da aplicação do método *Principal Components Analysis* (PCA) e representa a relação entre as cinco variáveis no primeiro e no último ano do período analisado. Para cada variável há um vetor plotado no

Gráfico 5 – Presença étnica e de gênero nos cargos de confiança (2003-2017)

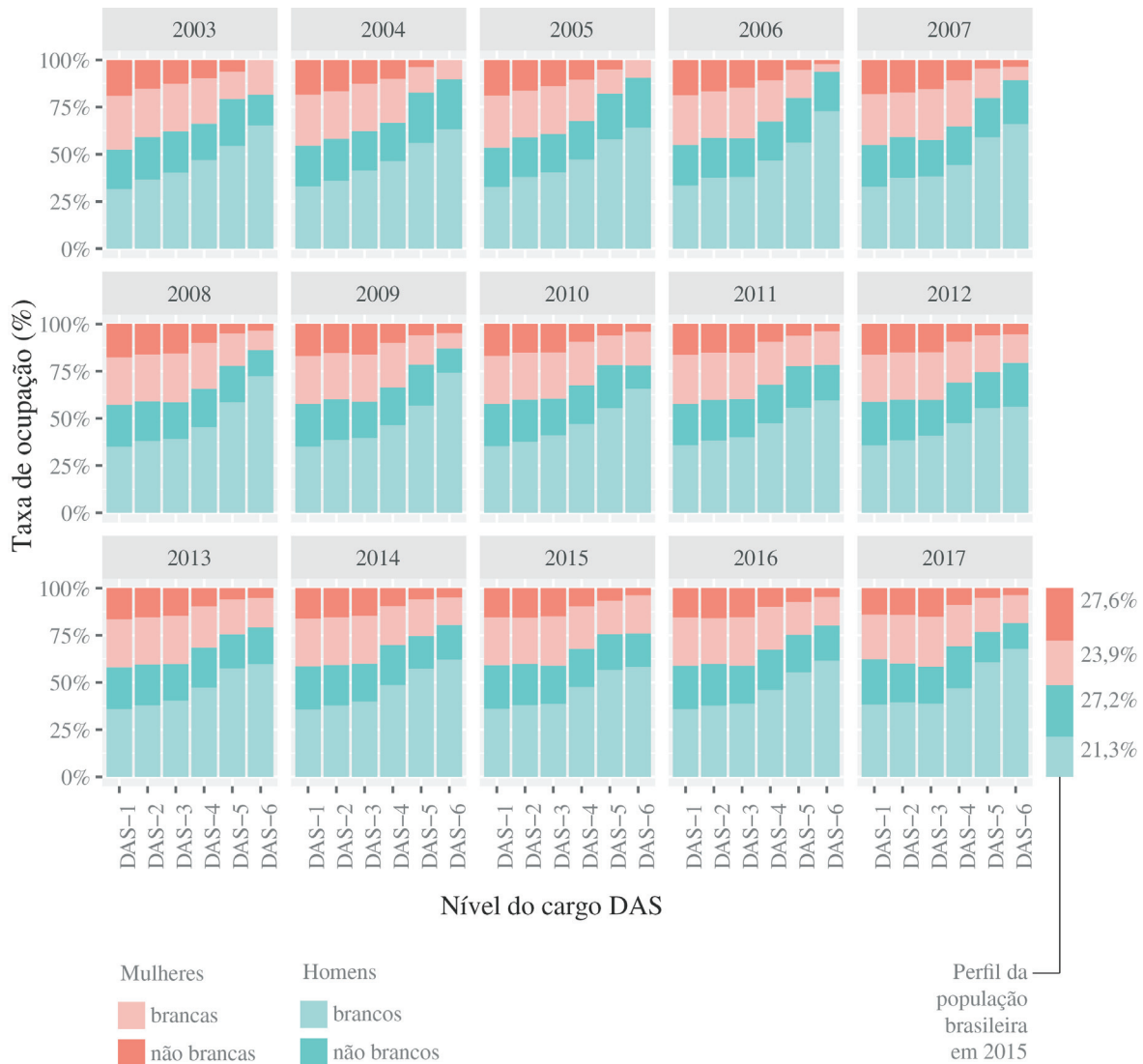


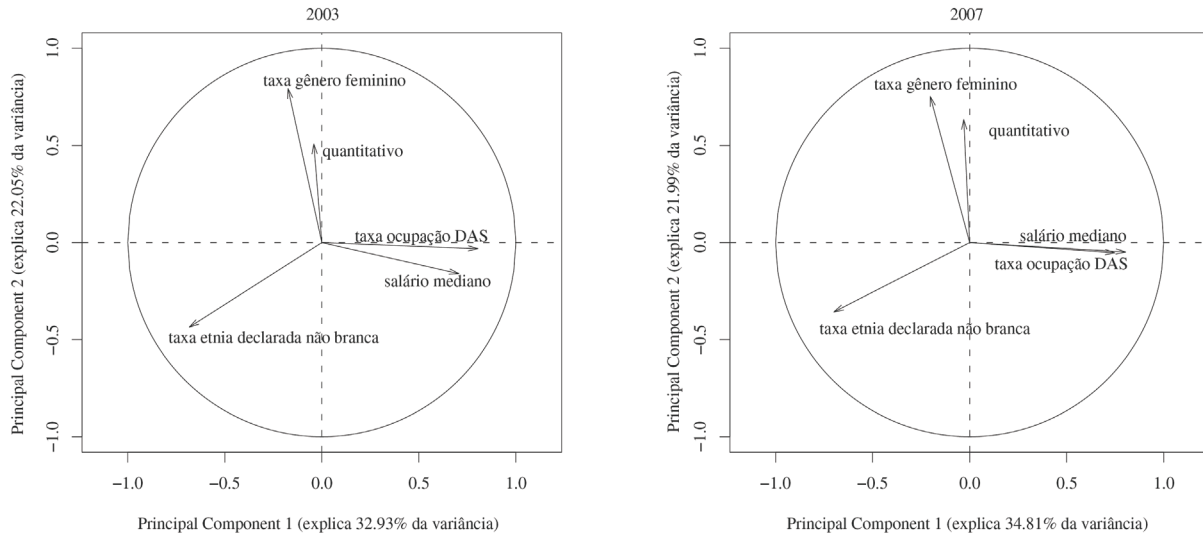
gráfico. Vetores apontando em direções próximas revelam correlações positivas e vetores apontando em direções opostas mostram correlações negativas.

Tomando-se como base o vetor *salario_mediano* e comparando-se a sua direção com os outros quatro vetores, é possível perceber que carreiras mais bem remuneradas tendem a ocupar mais espaços de poder, ter quantitativos menores e ter presença maior de homens brancos.

Tomando-se como base o vetor *taxa_genero_feminino*, é possível notar que mulheres tendem a fazer parte de carreiras mais numerosas, mas não tão bem remuneradas nem que ocupem muitas posições de poder.

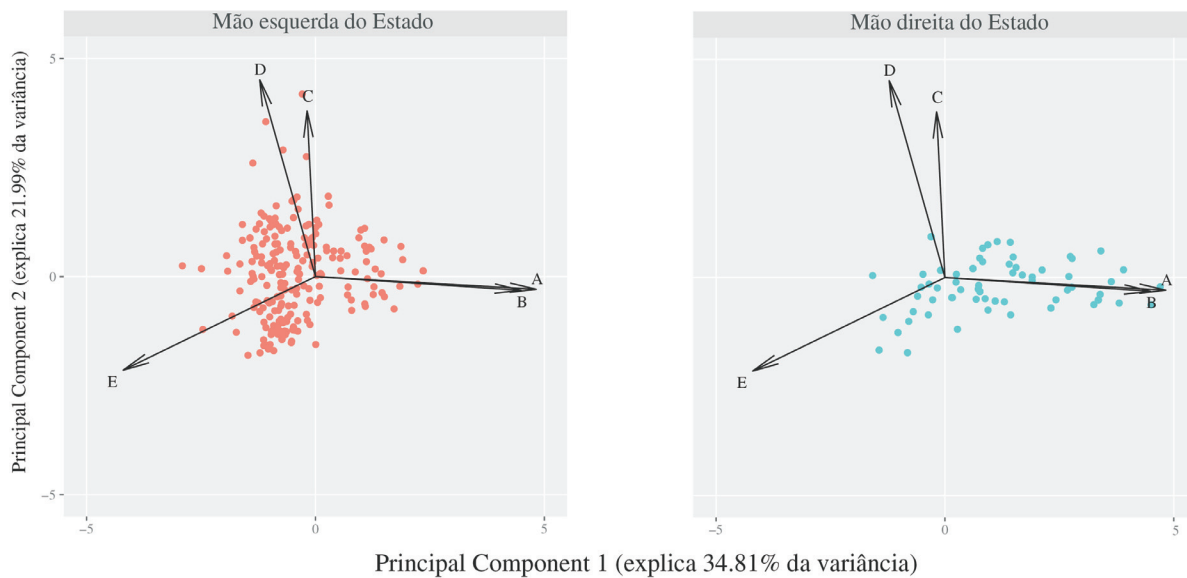
Tomando-se como base o vetor *taxa_etnia_declarada_nao_branca*, percebe-se que pessoas de etnias não brancas tendem a fazer parte de carreiras com menores remunerações e que ocupam menos espaços de poder.

Gráfico 6 – Relação entre as variáveis (2003 e 2017)



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do Siape (Sistema Integrado de Administração de Pessoal).

Gráfico 7 – Distribuição das carreiras em relação aos vetores por segmento (2017)



- A = salário mediano
- B = taxa ocupação DAS
- C = quantitativo
- D = taxa gênero feminino
- E = taxa etnia declarada não branca

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do Siape (Sistema Integrado de Administração de Pessoal).

Além de tudo isso, é notório que as relações entre as variáveis não mudaram muito entre os anos pesquisados. Os vetores apontam em direções semelhantes tanto em 2003 quanto em 2017.

IV.3. Distribuição das carreiras

O Gráfico 7 mostra a distribuição das carreiras de cada segmento em relação aos vetores que representam as variáveis. Cada ponto no gráfico representa uma

carreira. Pontos localizados mais à direita representam carreiras com maiores valores para as variáveis *salario_mediano* (vetor A) e *taxa_ocupacao_das* (vetor B), e valores menores para as variáveis *taxa_etnia_declarada_nao_branca* (vetor E), por exemplo.

A observação do Gráfico 7 permite notar que há muitas carreiras da *mão esquerda do Estado* ao longo dos vetores *taxa_genero_feminino* (D) e *taxa_etnia_declarada_nao_branca* (E), o que mostra uma boa representatividade étnica e de gênero em suas composições. Entretanto, muitas dessas carreiras estão concentradas longe dos vetores *salario_mediano* (A) e *taxa_ocupacao_das* (B), demonstrando que as carreiras da *mão esquerda* tendem a receber remunerações menores e a ocupar menos espaços de poder.

Por outro lado, há muitas carreiras da *mão direita do Estado* ao longo dos vetores *salario_mediano* (A) e *taxa_ocupacao_das* (B), o que demonstra que essas carreiras tendem a ocupar mais espaços de poder e a receber remunerações mais generosas. Contudo, essas carreiras estão mais distantes dos vetores *taxa_genero_feminino* (D) e *taxa_etnia_declarada_nao_branca* (E), não apresentando boa representatividade, especialmente no critério de gênero.

V. Conclusões

Este trabalho se baseou em três premissas teóricas. A primeira é a de que a devoção à ideia de interesse público seria o principal mecanismo por meio do qual a burocracia buscaria legitimidade para agir. A segunda é a de que o conteúdo substantivo da ideia de interesse público não viria exclusivamente de cima (poder político) ou de fora (sociedade), mas seria disputado também pela própria burocracia, em uma luta permanente para definir o que é interesse público e para falar em nome dele. E a terceira premissa é a de que as chances que cada tipo de burocrata tem nessa luta seriam influenciadas pela forma como se dá a distribuição de capitais entre diferentes segmentos da burocracia.

O caminho adotado aqui correspondeu a uma investigação sobre como se dá a distribuição de capitais entre dois segmentos da burocracia que disputam sentidos diferentes para a ideia de interesse público: as carreiras da *mão esquerda do Estado*, que tendem a associar o interesse público à lógica do cuidado social, e as carreiras da *mão direita do Estado*, que tendem a associar o interesse público a uma lógica pró-mercado.

A questão-chave aqui é saber quais tipos de burocrata têm mais chances de indicar o que é interesse público e falar em nome dele. Médicos do Sistema Único de Saúde ou Analistas do Banco Central? Professores Universitários ou Analistas de Finanças? Assistentes Sociais ou Procuradores Federais? Agentes de Saúde ou Auditores de Contas?

Os resultados mostraram que papéis e saberes mais ligados à *mão direita do Estado* são mais valorizados. Carreiras ligadas a áreas como economia, finanças, gestão, direito, polícia, auditoria e controle possuem maiores salários e ocupam mais espaços de poder quando comparadas às carreiras da *mão esquerda do Estado*.

Se levarmos à sério a leitura de Bourdieu feita por alguns de seus intérpretes, que consideram que “nas percepções dos cidadãos [...] são sobretudo estes componentes ligados à mão esquerda aqueles que são positiva ou negativamente referenciados como indicadores da qualidade do Estado” (Botelho *et al.*, 2014), conclui-se então que a distribuição de capitais na burocracia brasileira não está organizada no sentido de atender aos anseios gerais da população.

Além disso, as carreiras da *mão direita do Estado* são compostas majoritariamente por homens brancos, um padrão de desigualdade que se torna ainda

mais intenso quando observada a ocupação de cargos de confiança de alto escalão.

Esta falta de diversidade na composição das carreiras mais valorizadas configura grave déficit democrático no sentido da teoria da burocracia representativa discutida por Ferreira (2015), além de se enquadrar no que Bento (2000) chama de discriminação institucional.

As conclusões demonstram o profundo grau de enraizamento institucional das históricas desigualdades sociais brasileiras, sinalizando a urgência em se promover políticas capazes de reequilibrar a distribuição de capitais entre os dois segmentos analisados e de evoluir a composição das carreiras mais valorizadas para algo mais próximo ao perfil da população brasileira.

Otávio Augusto Ferreira Ventura (otavium@gmail.com) é Doutorando no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) e membro da carreira federal de Planejamento Governamental. Vínculo Institucional: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UnB, Brasília, DF, Brasil.

Referências

- Bento, M.A.S., 2000. Igualdade e Diversidade no Trabalho. In _____, ed. *Ação Afirmativa e Diversidade no Trabalho: desafios e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Botelho, M.C.; Mauritti, R.; Nunes, N. & Craveiro, D., 2014. A mão esquerda e a mão direita do Estado português: que atuais tendências? *Observatório das Desigualdades e-Working Papers*, 4/2014. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Bourdieu, P., 1996. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In _____. *Razões Práticas*. Campinas: Papyrus.
- Bourdieu, P., 1998. A mão esquerda e a mão direita do Estado. In _____. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bourdieu, P., 2008. A demissão do Estado. In _____, ed. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Durkheim, E., 1989. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Edições Paulinas.
- Ferreira, M.A.C., 2015. Teoria da burocracia representativa e políticas de promoção da igualdade racial. *Educere et Educare*, 10(20), pp.707-720.
- James, G.; Witten, D.; Hastie, H. & Tibshirani, R., 2013. *An Introduction to Statistical Learning*. New York: Ed. Springer.
- Weber, M., 1974. Burocracia. In _____. *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.

Outras fontes

- Portal do Servidor, 2017. *Tabelas de Remuneração dos Servidores Públicos Federais*. Disponível em: <https://www.servidor.gov.br>. Acesso em: 19 set. 2018.
- IBGE, 2015. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acesso em: 19 set. 2018.

The Distribution of Capital between the Left Hand and the Right Hand of the Brazilian Bureaucracy

ABSTRACT Introduction: Building on Pierre Bourdieu's theoretical formulations on the State, this work examines data from more than two hundred civilian careers of the Brazilian Federal Executive Branch to understand how the distribution of different types of capital occurs in the Brazilian bureaucracy. **Methods:** The Principal Components Analysis (PCA) method was used in a career's database built from data extracted from the Integrated System of Human Resources Administration (Siape). Results: Results show that careers associated with the bourdieusian notion of the right hand of the State are more valued and more restricted, such as economics, management, finance and control, and those associated with the left hand of the State are less valued and less restricted, such as health, education and social assistance; **Discussion:** revealing an unequal distribution of capital in the Brazilian bureaucracy that can interfere in the odds that each kind of bureaucrat holds at the permanent struggle to indicate what is and speak in the name of public interest.

KEYWORDS: State; bureaucracy; bureaucratic elites; Public Interest; Inequality.

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution Non-Commercial License which permits unrestricted non-commercial use, distribution, and reproduction in any medium provided the original work is properly cited.

ApêndiceQuadro 1 – Carreiras classificadas entre *mão esquerda e mão direita* do Estado

Carreiras classificadas como Mão esquerda do Estado	Carreiras classificadas como Mão direita do Estado
ADMINISTRADOR	ADVOGADO DA UNIAO
ADMINISTRADOR DE EDIFICIOS	AG INSP SANIT E IND PROD ORIG
AGENTE ADMINISTRATIVO	AGENTE DE ATIV AGROPECUARIAS
AGENTE CINEFOTOGRAFIA E MICROF	AGENTE DE POLICIA CIVIL
AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	AGENTE DE POLICIA FEDERAL
AGENTE DE LIMP E CONSERVACAO	AGENTE DE TELECOMUNI E ELETRIC
AGENTE DE PORTARIA	ANALISTA AMBIENTAL
AGENTE DE PROGRAMAS ASSISTENCI	ANALISTA CVM
AGENTE DE SAUDE PUBLICA	ANALISTA DE COMERCIO EXTERIOR
AGENTE DE SERV COMPLEMENTARES	ANALISTA DE INFRA-ESTRUTURA
AGENTE DE SERV DE ENGENHARIA	ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORC
AGENTE DE SERVICOS COMPLEMENTA	ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO
AGENTE DE SERVICOS DIVERSOS	ANALISTA DO BANCO CENTRAL
AGENTE DE VIGILANCIA	ANALISTA EM CIENCIA E TECNOLOG
AGENTE EM INDIGENISMO	ANALISTA EM INFRA-ESTRUT DE TR
AGENTE EXECUTIVO	ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFO
AGENTE PENITENCIARIO FEDERAL	ANALISTA EXEC EM METROLOGIA E
ALMOXARIFE	ANALISTA PLAN GEST INF EST PRO
ANALISTA ADMINISTRATIVO	ANALISTA PLAN GEST INF INFOR G
ANALISTA DE GESTAO EM SAUDE	ANALISTA TECNICO SUSEP
ANALISTA DE SISTEMAS	ANALISTA TRIBUTARIO REC FEDERA
ANALISTA DO SEGURO SOCIAL	ASSISTENTE EM CIENC TECNOLOGIA
ANALISTA I	ASSISTENTE EXEC EM METROL E QU
ANALISTA PREVIDENCIARIO	AUDITOR FEDERAL DE FINANCAS E
ANALISTA REFORMA DESENV AGRARI	AUDITOR FISCAL DA PREVIDENCIA
ANALISTA TECNICO ADMINISTRATIV	AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDE
ANALISTA TECNICO DE POLITICAS	AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDE
ANALISTA TECNICO-ADMINISTRATIV	AUXILIAR DE METEOROLOGIA
ARMAZENISTA	AUXILIAR EM CIENCIA E TECNOLOG
ARQUITETO	AUXILIAR OPERAC EM AGROPECUARI
ARQUIVISTA	AUXILIAR OPERACIONAL DE AGROPE
ARTIF DE CARPINT E MARCENARIA	CONTROLADOR DE TRAFEGO AEREO
ARTIF DE CARPINT MARCENARIA	DATILOSCOPISTA POLICIAL CIVIL
ARTIF DE ELETRIC E COMUNICACAO	DEFENSOR PUBLICO DA UNIAO
ARTIF DE ELETRIC E COMUNICAOE	DELEGADO DE POLICIA FEDERAL
ARTIF DE ESTRUT DE OBRAS E MET	DESENHISTA
ARTIF DE ESTRUT DE OBRAS METAL	ENGENHEIRO
ARTIFICE	ENGENHEIRO DE TECNOLOGIA MILIT
ARTIFICE DE ARTES GRAFICAS	ESCRIVAO DE POLICIA CIVIL
ARTIFICE DE CARPINTARIA E MARC	ESCRIVAO DE POLICIA FEDERAL
ARTIFICE DE ELETRIC E COMUNICA	ESP POL PUBL GESTAO GOVERNAMEN

ARTIFICE DE ELETRICIDADE E COM
ARTIFICE DE EST DE OBRAS E ME
ARTIFICE DE MECANICA
ARTIFICE DE MUNICAO E PIROTECN
ASCENSORISTA
ASSIST DE TECNOLOGIA DA INFORM
ASSIST TECNICO DE GESTAO EM SA
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
ASSISTENTE DE ADMINISTRACAO
ASSISTENTE DE ALUNOS
ASSISTENTE DE CHANCELARIA
ASSISTENTE DE LABORATORIO
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
ASSISTENTE JURIDICO
ASSISTENTE SOCIAL
ASSISTENTE TECNICO
ASSISTENTE TECNICO ADMINISTRAT
ASSISTENTE TECNICO DE GESTAO E
ATENDENTE
ATENDENTE DE CONSULTORIO-AREA
ATENDENTE DE ENFERMAGEM
AUDITOR
AUDITOR FISCAL DO TRABALHO
AUDITOR FISCAL FEDERAL AGROPEC
AUX DE SERVICOS DIVERSOS
AUX DE SERVICOS GERAIS
AUX DE VETERINARIA E ZOOTECNIA
AUX EM ADMINISTRACAO
AUX EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
AUX OPERAC DE SERV DE ENGENHAR
AUX OPERAC DE SERV DIV DE SAUD
AUX OPERAC DE SERV DIVERSOS
AUXILIAR ADMINISTRATIVO
AUXILIAR DE ADMINISTRACAO
AUXILIAR DE AGROPECUARIA
AUXILIAR DE ARTES GRAFICAS
AUXILIAR DE ARTIFICE
AUXILIAR DE BIBLIOTECA
AUXILIAR DE COZINHA
AUXILIAR DE ELETRICISTA
AUXILIAR DE ENFERMAGEM
AUXILIAR DE ENFERMAGEM-SUPORTE
AUXILIAR DE LABORATORIO
AUXILIAR DE LABORATORIO 8 HORA
AUXILIAR DE MECANICA

ESPECIALISTA DE NIVEL MEDIO
ESPECIALISTA DE NIVEL SUPERIOR
ESPECIALISTA EM REC HIDRICOS
ESPECIALISTA EM RECURSOS MINER
EXTENCIONISTA
GEOLOGO
INSPETOR CVM
PAPILOSCOPISTA POLICIA FEDERAL
PERITO CRIMINAL FEDERAL
PERITO MEDICO DA PREV SOCIAL
PESQ EM INFORMACOES GEOGRAFICA
PESQ EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PESQ TECNLOGISTA EM INFORMACO
PESQUISADOR
PESQUISADOR-TECNOLOGISTA METR
POLICIAL RODOVIARIO FEDERAL
PROCURADOR DA FAZENDA
PROCURADOR FEDERAL
SUPERVISOR MEDICO PERICIAL
TEC DE PLANEJ E PESQUISA-QUADR
TEC E REG DE SERV DE TRANSP AQ
TEC EM METROLOGIA E QUALIDADE
TEC EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL
TEC EM REG DE SERV DE TRANSP T
TEC EM REG E VIGILANCIA SANITA
TEC EM REGULACAO DE AVIACAO CI
TEC INFOR GEOGRAFICAS E ESTATI
TEC PLAN GEST INF EST PROP IND
TEC PLAN GEST INF INFOR GEOG E
TEC REG DE SERV PUB DE TELECOM
TECNICO DA RECEITA FEDERAL
TECNICO DE PLANEJAMENTO
TECNICO DE PLANEJAMENTO E ORCA
TECNICO DE PLANEJAMENTO E PESQ
TECNICO DEFESA AEREA E CONT TR
TECNICO DO BANCO CENTRAL
TECNICO EM CARTOGRAFIA
TECNICO EM PESQUISA E INVEST B
TECNICO FEDERAL DE FINANÇAS E
TECNICO REF DESENVOL AGRARIO
TECNOL INF GEOGRAFICA ESTATIST
TECNOLOGISTA
TECNOLOGISTA EM PROPRIED INDUS
TOPOGRAFO

ENGENHEIRO ELETRICISTA
ENGENHEIRO-AREA
ESCRITURARIO
ESP EM REG DA ATIV CINEMAT E A
ESP EM REG DE SERV DE TRANSP A
ESP EM REG DE SERV DE TRANSP T
ESP EM REG DE SERV PUB DE TELE
ESP EM REGULACAO DE AVIACAO CI
ESP EM REGULACAO DE SAUDE SUPL
ESP EM REGULACAO DE SERV PUB D
ESP EM REGULACAO E VIGILANCIA
ESP REG DE PET E DER ALC COMB
ESPECIALISTA EM ATIV HOSPITALA
ESPECIALISTA EM FINANCIAMENTO
ESPECIALISTA NIVEL APOIO
ESPECIALISTA NIVEL MEDIO
ESTATISTICO
FARMACEUTICO
FARMACEUTICO BIOQUIMICO
FARMACEUTICO-HABILITACAO
FISCAL DE ABASTECIMENTO E PREC
FISCAL DE CADASTRO E TRIBUTACA
FISIOTERAPEUTA
FONOAUDIOLOGO
GUARDA DE ENDEMIAS
GUARDA DE PRESIDIO CIVIL
IDENTIFICADOR DATILOSCOPICO
IMPRESSOR
INDIGENISTA ESPECIALIZADO
JARDINEIRO
JORNALISTA
LABORATORISTA
LABORATORISTA JORNADA 8 HORAS
LABORATORISTA JORNADA 8HORAS
LABORATORISTA-AREA
MARCENEIRO
MECANICO
MECANICO-AREA
MEDICO
MEDICO VETERINARIO
MESTRE DE EDIF E INFRAESTRUTUR
MESTRE OFICIO
MICROSCOPISTA
MONITOR BILINGUE
MONTADOR-SOLDADOR

MOTORISTA
MUSICO
NUTRICIONISTA
ODONTOLOGO. 30 HORAS
ODONTOLOGO. 30 HORAS. DL 144
ODONTOLOGO. 40 HORAS
OPERADOR DE CALDEIRA
OPERADOR DE COMPUTACAO
OPERADOR DE COMPUTADOR
OPERADOR DE MAQ AGRICOLAS
OPERADOR DE MAQ DE LAVANDERIA
OPERADOR DE MAQUINA COPIADORA
OPERADOR DE MAQUINA DE LAVANDE
OPERADOR DE MAQUINAS AGRICOLAS
OPERARIO DE CAMPO
ORIENTADOR DE APRENDIZAGEM
ORIENTADOR DE PROJ DE ASSENTAM
PEDAGOGO
PEDREIRO
PERFURADOR DIGITADOR
PESQUISADOR EM SAUDE PUBLICA
PINTOR. AREA
PINTOR-AREA
PORTEIRO
PRODUTOR CULTURAL
PROF DO ENSINO BASICO TEC TECN
PROFESSOR 3 GRAU
PROFESSOR DE 1 E 2 GRAUS
PROFESSOR DE 1 GRAU
PROFESSOR DO ENSINO BASICO EX-
PROFESSOR DO ENSINO BASICO FED
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERI
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECN
PROGRAMADOR
PROGRAMADOR CULTURAL
PROGRAMADOR DE COMPUTADOR
PROGRAMADOR VISUAL
PSICOLOGO
PSICOLOGO-AREA
QUIMICO
RECEPCIONISTA
RELACOES PUBLICAS
REVISOR DE TEXTOS
SECRETARIO EXECUTIVO
SERVENTE DE LIMPEZA

SERVENTE DE OBRAS
SOCIOLOGO
TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACA
TEC EM AGRICULTURA E PECUARIA
TEC EM ANATOMIA E NECROPSIA
TEC EM ASSUNTOS CULTURAIS
TEC EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
TEC EM ELETROELETRONICA
TEC EM FINANCIAMENTO E EXECUCA
TEC EM NUTRICA O E DIETETICA
TEC EM SEGURANCA DO TRABALHO
TEC EQUIP MEDICO ODONTOLOGICO
TEC SUPORTE INFRA-ESTRUT DE TR
TECNICO
TECNICO 3 III
TECNICO ADMINISTRATIVO
TECNICO AGRICOLA
TECNICO AGRICULTURA E PECUARIA
TECNICO AMBIENTAL
TECNICO CADASTRO RURAL
TECNICO CONTABILIDADE
TECNICO DE CONTABILIDADE
TECNICO DE LABORATORIO
TECNICO DE LABORATORIO AREA
TECNICO DE NIVEL MEDIO
TECNICO DE NIVEL SUPERIOR
TECNICO DE SERVICOS DIVERSOS
TECNICO DE TECNOLOGIA MILITAR
TECNICO DO SEGURO SOCIAL
TECNICO EM AGROPECUARIA
TECNICO EM ALIMENTOS E LATICIN
TECNICO EM ANATOMIA E NECROPSI
TECNICO EM ARQUIVO
TECNICO EM ARTES GRAFICAS
TECNICO EM ASSUNTO EDUCACIONAI
TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONA
TECNICO EM ATIV MEDICO-HOSPITA
TECNICO EM AUDIOVISUAL
TECNICO EM COLONIZACAO
TECNICO EM COMUNICACAO SOCIAL
TECNICO EM CONTABILIDADE
TECNICO EM EDIFICACOES
TECNICO EM ELETRICIDADE
TECNICO EM ELETRONICA
TECNICO EM ELETROTECNICA

TECNICO EM EMFERMAGEM
TECNICO EM ENFERMAGEM
TECNICO EM FARMACIA
TECNICO EM LABORATORIO-AREA
TECNICO EM MECANICA
TECNICO EM NUTRICA O E DIETETIC
TECNICO EM QUIMICA
TECNICO EM RADIOLOGIA
TECNICO EM RADIOLOGIA 24 HORAS
TECNICO EM SAUDE PUBLICA
TECNICO EM SECRETARIADO
TECNICO ENFERMAGEM
TECNICO EQUIP MEDICO ODONTOLOG
TECNICO I
TECNICO III
TECNICO NIVEL MEDIO
TECNICO NIVEL SUPERIOR
TECNICO PREVIDENCIARIO
TECNOLOGISTA EM SAUDE PUBLICA
TECNOLOGO-FORMACAO
TELEFONISTA
TELEFONISTA 30 HORAS
TERAPEUTA OCUPACIONAL
TRADUTOR INTERPRETE DE LINGUAG
TRATORISTA
VESTIARISTA
VIGIA
VIGILANTE
VISITADOR SANITARIO

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do Siape (Sistema Integrado de Administração de Pessoal).